A constituição da esfera pública em África: a especificidade de Angola do pós-independência à segunda República

Osmilde Miranda[1]

Anacleto Aníbal X. Domingos[2]

RESUMO

O presente artigo baseia-se em pesquisa em andamento cujo propósito é compreender sócio-historicamente a formação da esfera pública burguesa em África, especificamente, a realidade de Angola do período pós- independência até o final do regime do partido único, com a chamada segunda República. Este empreendimento objetiva analisar as relações coloniais e experiências de poder na arena pública do continente africano e possibilita perceber sua constituição estrutural e simbólica, isto é, o âmbito político, cultural, econômico e jurídico. Demonstra-se como a consolidação da esfera pública nos países africanos se apresenta até os dias atuais de forma não muito distante dos quadros administrativos coloniais, tanto nas restrições de direitos políticos, civis quanto sociais, tornando, assim, os espaços públicos um mercado de despejo das limitações de direitos e garantias dos cidadãos angolanos.

Palavras-chave: Formação;Esfera pública; África; Experiência angolana.

ABSTRACT

This article is based on ongoing research whose purpose is to sociohistorically understand the formation of the bourgeois public sphere in Africa, specifically, the reality of Angola from the post-independence period to the end of the single-party regime, with the so-called second Republic. This undertaking aims to analyze colonial relations and power experiences in the public arena of the African continent and makes it possible to perceive its structural and symbolic constitution, that is, the political, cultural, economic and legal scope. It demonstrates how the consolidation of the public sphere in African countries is presented to this day in a way not far from colonial administrative frameworks, both in the restrictions of political, civil and social rights, thus making public spaces a market for eviction limitations of rights and guarantees of Angolan citizens.

Keywords: Formation. Public sphere. Africa. Angolan experience.

[1] Universidade Federal Maranhão; Doutorando em Políticas Públicas ; Email:osmildemiranda@gmail.com

[2] Universidade Federal do Pará; Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Território e meio ambiente; Email: anacleto59domingo@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa em andamento se propõe a compreender o modo pela qual a formação da esfera pública se deu no continente africano, com a especificidade da experiência angolana, do período pós-independência à segunda república. Num primeiro momento, buscaremos discutir o contexto sócio histórico e o conceito do termo “esfera pública” nas sociedades ocidentais para entender as particularidades de outras regiões não ocidentais. É a partir da experiência colonial na África que procuramos apreender os modos de organização econômica e política no que toca o sistema burocrático dos países colonizadores (como por exemplo, Portugal, França, Inglaterra e Bélgica) presentes no continente africano. Não obstante, o que se questiona aqui não é a exploração econômica ou o regime político implementado como uma simples máquina funcional burocrática de poder, mas sim, buscamos apreender os modos de assimilação de uma nova forma de organização práticas de culturais, econômicas, sociais e políticas nas sociedades africanas. Para tanto, procuramos entender como se deu a formação da esfera pública em Angola, tendo como foco a primeira e a segunda república pós independência. Percebe-se que, em Angola, a primeira república foi marcada por um governo centralizado, cuja funcionalidade administrativa no âmbito da esfera pública se deu a partir de uma menor abertura na arena política e civil, resultando numa restrição participativa para os cidadãos que não defendiam o regime no poder. Enquanto que na segunda república, inversamente, houve uma abertura nas formas legais da constituição. Apesar disso, foram mantidas as estruturas no seu modus operandi, com a vitória do MPLA nas eleições multipartidárias, realidade esta que tem se perpetuado até os dias atuais.

.2. DA GÊNESE AO CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA

A contribuição de Habermas e Hannah Arendt no que concerne a discussão sobre a gênese do que seria ‘público’ ou ‘privado’ na sociedade ocidental nos foi indispensável como elemento propedêutico. Eles perceberam nas suas abordagens teóricas que não é possível entender o fenômeno público sem antes considerar o

privado. Entender o público e privado como indissociáveis nos instigou a questionar os diferentes contextos em que estas noções aparecem em sociedades não ocidentais.

Para entendermos a especificidade do conceito de esfera pública é importante que conheçamos a discussão desenvolvida pelo sociólogo alemão Jurgen Habermas. Habermas (2014), faz uma discussão que busca não só apreender as perspectivas teóricas como também as suas implicações normativas, a partir do tipo ideal da esfera pública burguesa. Tomou como foco os contextos históricos dos países como Inglaterra, França e Alemanha, entre o século XVIII e o início do século XIX.

Para isso, ele demonstra o quanto é necessário retornarmos à origem etimológica da expressão "esfera pública", uma vez que ela se torna significante quando a entendemos na realidade prática de cada sociedade. Assim, destaca Habermas (2014, p.96) o termo esfera pública na antiga Grécia estava voltado àquelas pessoas ou cidadãos comuns ou livres (*Koiné*), e era oposto de *Oiko,* referente a cada indivíduo no espaço privado. É na idade média que o 'público' e 'privado passam a ser apresentados segundo o direito romano, na República.

Com o advento da revolução francesa e industrial novas formas de produção e organização emanam nas sociedades europeias. Foi por meio do capitalismo financeiro que as configurações das relações públicas passaram a ganhar mais força política. Ele (2014), demonstra o quanto a descentralização do poder teve um papel indispensável na evolução e ampliação do mercado. Nesse processo, constituiu-se pela primeira vez aquilo que designaremos desde então de 'Estado-nação'[3].

[3] É importante destacarmos o termo 'nação', uma vez que ela é resultado de um período específico. É a partir da modernidade que o conceito de nacionalismo aparece como o despertador de uma força latente de grupos étnicos e culturais míticos. Não é menos verdade que ele se utiliza das heranças tomadas das culturas preexistentes, pois ocorre numa situação em que as desigualdades no ritmo da industrialização vão criando as disparidades sensíveis nas comunidades. Outrossim, é nas diferenças culturais, genéticas ou de tipo semelhante deixadas pelo mundo agrário que esta palavra vai ganhando força (Philippe Poutignat; Jocelynes Streiff-fenart, 2011, p.49). Neste sentido, ao fazermos a observação sobre a nova configuração da esfera pública burguesa, nos é relevante trazermos a discussão na dimensão da assimilação de uma cultura a partir de um programa ou projeto político (E.HOBSBAWN, 2012). Assim sendo, as grandes aspirações próprias do Estado-nação como

É por meio do Estado moderno, com as suas instituições burocráticas e uma necessidade financeira crescente, que surge o interesse de se criar um espaço público ou expandir o social em detrimento do privado. Para Habermas (2014), o uso linguístico de "público" e "esfera pública" provem de diferentes fases históricas e próprias das sociedades burguesas industrialmente avançadas. Todos aqueles eventos em oposição às sociedades fechadas são designados de público. Conforme afirma Hannah Arendt (2014), o significado do público vai estar relacionado com tudo aquilo que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação.

> O que, ao mesmo tempo, se constitui fora dessa vida privada enfim conquistada, e que se pode dizer público, é regido por normas novas. A maior diferenciação entre o privado e o público no conjunto da sociedade modifica tanto a vida pública quanto a vida privada. Ambas já não se desenrolam da mesma maneira, nem segundo as mesmas regras. Enquanto suas fronteiras se deslocam e se definem com maior precisão, simultaneamente sua substância se transforma (Philippe Ariès; Georges Duby, 2009, p.17).

Deste modo, Arendt (2014) diz que o significado do termo tem a ver com o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele. A importância de ser visto ou ouvido por outras pessoas provem do fato de que todos veem e ouvem de ângulos antagônicos. Esta diferenciação de ponto de vista obrigará os grupos de setores variados a se organizarem em prol de uma comunicabilidade baseada em uma racionalidade e que não esteja mais limitada nos encontros privados, em que a autonomia é indispensável.

Assim, Habermas (2014), ao entender a complexidade das relações de interesse na arena pública dos grupos burgueses, os quais buscavam uma autonomia própria para defender os seus direitos, considera que ocorre uma disputa não apenas em torno da influência, mas também sobre o controle dos fluxos comunicativos e que ocultava o máximo possível as intenções estratégicas individuais por meio da publicização.

Por isso, ele reforça que a esfera pública propriamente burguesa é, no âmbito da política, nada mais que resultado das condições de comunicação em que

---

programa geral e político são um produto da Revolução Francesa a ser assimilado e ressignificado em suas apropriações.

se pode realizar a formação discursiva da opinião e da vontade de um público de cidadãos – o que designará de *democracia normativa*[4], ou seja, baseada na mobilização política e no aproveitamento da força produtiva da comunicação e, doutro lado, representa uma abordagem discursiva da ética que define a argumentação como o procedimento adequado para a solução de questões prático-morais: "argumentação pública".

A esfera pública burguesa, segundo Habermas, ganha força politicamente ativa através da conciliabilidade de tradições culturais numa primeira instância, e depois por meio de padrões de socialização voltados para a cultura política de uma população acostumada com a liberdade. Nota-se que a questão do 'poder' é desconsiderada ao pensar as ações na esfera pública burguesa, o que foi a maior limitação nessa linha de abordagem. Habermas, ao negligenciar a questão do poder em suas análises, outrossim nega todo o processo de construção e assimilação do domínio não só material como simbólico nas relações estabelecidas entre sujeitos em posições desiguais numa sociedade de classe, ou seja, ele nega as lutas internas e externas dos grupos socialmente estabelecidos.

> Essas formas simbólicas são princípios de construção da realidade social: os agentes sociais não são simplesmente partículas movidas por forças físicas, são também agentes conhecedores que portam estruturas cognitivas (BOURDIEU, 2014, p.227).

Neste sentido, se para Habermas a sociedade civil na esfera pública burguesa é resultado das associações de base voluntária e não estatais e não econômicas, ou seja, baseada na comunicação e nos interesses dos grupos, é importante dimensionar ou tornar inteligível que esse processo de associação ou de interação comunicativa perpassa o poder incorporado por cada indivíduo num determinado espaço social e que muitas das vezes se apresentam por meio das instituições públicas e privadas. Assim sendo, a sociedade civil no campo público é

[4] Quanto ao conceito discursivo de democracia, no âmbito de uma teoria normativa, permanece em aberto a questão de como institucionalizar, nas condições das democracias de massa do Estado de bem-estar social (HABERMAS, 2014, p.75).

resultado não só da interação comunicativa ou associação, mas também pelas lutas constantes nessas associações.

Consideramos, nesta apresentação que se não pode pensar a formação da esfera pública sem, no entanto, contextualizar a sociohistoricamente a partir da experiência ocidental. Outrossim, ao pensarmos o público e o privado devemos reconhecer as suas gêneses de forma indissociável. Assim feito, compreendemos que a história de toda as relações públicas e privadas é, no entanto, a história das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que envolve ideologias e forças matérias e simbólicas. Portanto, o que vem a seguir, relativo à experiência colonial Europeia na África e a sua dimensão simbólica e material das relações públicas e privadas, indicará o quanto essa arena pública é síntese de uma luta constante entre poderes ideológicos de grupos antagônicos em situação de disputa.

2.1 Da luta pela independência ao nascimento de uma nação em África

A luta pela independência na África não se deu de forma única, mas por um conjunto de agentes, momentos e dilemas. O historiador marxista Jones Manoel (2019) nos ajuda a compreender esses momentos difíceis que o continente passou. Ele objetiva demonstrar os fios históricos da emancipação do continente, sinalizando o primeiro momento como sendo aquele que decorreu nos anos 50 e 60, cujo impacto político maior foi nos países do norte e centro da África, como, Egito, Argélia, Senegal, Líbia e Gana, etc.

Neste primeiro momento, os movimentos Negritude e Pan-africanismo desempenharam um papel importante na defesa da valorização da identidade negra e os direitos soberanos do continente. Mas não bastaram as pautas dos movimentos internos. A maioria dos processos de descolonização oscilou entre o padrão democrático-burguês e democracia-popular, como podemos ver no Egito, com o Presidente Gamal Nasser, que embora tivesse a influência da antiga União Soviética, não optara pelo socialismo. Tivemos também aqueles que transitaram para o modelo democracia-popular e socialismo, como o caso de Gana, com o presidente Kwane Nkrumah (MANOEL, 2019).

Outro momento importante no processo de emancipação nacional em África está relacionado com a questão das alianças internacionais pós-Segunda Guerra Mundial, ou seja, o período da guerra fria, marcado pelos blocos geopolíticos internacionais como a então União Soviética e os Estados Unidos da América, na corrida imperial, que dividiram o continente africano em partes. Assim sendo, percebe-se nesta época uma composição interligada de acontecimentos, como a luta árdua desses países pela emancipação da condição de colônias europeias, guerrilhas duradouras e muitas resistências de um lado e doutro, processos de golpes de Estado ou levantes militares regidos pelos novos dirigentes dos Estados que optaram pelo modelo político marxista-leninista.

Com o advento das independências sofridas, porém alcançadas, emana outro desafio. A construção de um programa ou projeto político para consolidação dos Estados-nação torna-se, assim, a maior empreitada para as lideranças políticas nacionais. Quem melhor retrata esse momento é o psiquiatra e ativista político da Martinica, Franz Fanon (2005). Durante a sua estadia na Argélia, em nome do protetorado francês, este se envolvera com o movimento revolucionário deste país-Frente de Libertação Nacional -FLN. A sua visão futurista sobre a realidade na África e durante os encontros de debates sobre a questão da emancipação do continente previa a luta anticolonialista como algo que não daria certo se se inscrevesse simplesmente como um movimento de substituição do sistema anterior.

Demonstrando como a busca pela construção do nacionalismo pelas lideranças políticas se restringiu na manutenção dos quadros administrativos coloniais, a burguesia africana nacional convenceu-se de que seria fácil a edificação do programa nacional, limitando-o na substituição da burguesia metropolitana. A burguesia nacional dos países subdesenvolvidos não se orientou para a produção, para a invenção, para a construção, para o trabalho. Canalizou-se inteiramente para atividades de tipo intermediário. (FANON, 2005, p.177), ou seja, a classe mais abastadas pós-revolução tomaram a dianteira e negaram as massas, que lutaram arduamente no processo de emancipação. Assim sendo, percebe-se que depois da independência os movimentos de libertação nacional deixaram de ajudar o povo a

formular as suas reivindicações, a tomada de consciência das suas necessidades como direito indispensável, o que será fundamentado no poder centrado nas elites políticas. Consequentemente, os quadros locais do partido foram nomeados a preencher os setores administrativos e o movimento se configurou em administração dos bens locais.

Outrossim, notou-se a mudança estrutural naquilo que foram os projetos de longo prazo dos movimentos, resumindo no uso do mecanismo de sucesso coletivo para perspectivas individuais. Em contrapartida, os privilégios da classe burguesa nacional aumentaram, tal como a corrupção se tornara uma lei fundamental no sistema das redes administrativas. A crítica à elite política africana quando opta para a burguesia como mecanismo de desenvolvimento do programa nacional torna-se indissociável a própria realidade como um todo, uma vez que se nega às massas a experiência da nação e da cidadania. Um programa é necessário a um governo que queira verdadeiramente libertar política e socialmente o povo, ou seja, para que o governo se torne nacional é preciso que governe para o povo e com o povo.

Pois, pensar a realidade das independências nacionais africanas como sinônimo de libertação total das correntes coloniais ainda é uma utopia, como podemos observar nas experiências específicas de cada país africano. Para ilustração mais formal do que estamos a discutir nesse tópico, vale observar o quadro de reprodução administrativo do processo de assimilação colonial.

Quadro1. Estatuto Administrativo Colonial

Bens cultural colonial	Instituições Administrativas	Esfera política/Civil	Variabilidade das Relações	
+ Assimilação	+ Reconhecimento	+ Cidadania	+ Preto	- Aceite
- Assimilação	- Reconhecimento	- Cidadania	- Preto	+ Aceite

Fonte: construída pelo próprio autor.

Esse quadro resume a representação do Estatuto Administrativo colonial a partir das diferentes experiências no território da África. O processo de assimilação não só teve impacto no quesito organizacional da política externa, e nem possibilitou garantir somente a economia do governo imperial, como afetou de forma estrutural e estruturante os comportamentos que engendraram a realidade dos povos colonizados.

2.1.1 ESPECIFICIDADE DA ESFERA PÚBLICA EM ANGOLA DO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA À SEGUNDA REPÚBLICA

Como pudemos indicar anteriormente, pensar a esfera pública burguesa no continente africano requer uma associação com a experiência colonial. Em Angola especificamente não é diferente. Dimensionamos neste âmbito tanto a esfera política, referente à consolidação do espaço estatal a partir de um discurso normativo voltado para um conjunto de cidadão angolanos de um lado (HABERMAS, 2014); doutro, buscamos contrapor as relações estabelecidas entre a esfera política e a esfera pública civil, tendo como recorte temporal o período da independência – com o regime de Partido Único em Angola – até a fase pluripartidária, que dá início à segunda República.

Ao trazermos a formação da esfera pública burguesa em Angola é preciso considerarmos a sua particularidade, comparando com as realidades, por exemplo, de Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Moçambique, cuja luta de libertação nacional se deu por meio de um único movimento. A experiência de Angola foi complexa. O processo em si resultou por meio de três movimentos de libertação (Frente Nacional de Libertação de Angola-FNLA, Movimento Popular de Libertação de Angola-MPLA e União Nacional para a Independência Total de Angola-UNITA). Todos com uma ocupação regional e étnica diferente e em disputa, mas foi no Acordo de Alvor[5]que nascera a República Popular de Angola.

[5] Entre 11 e 15 de janeiro de 1975, foram debatidos e assinados os Acordos de Alvor, em Portugal, estabelecendo um período de transição que iria de janeiro a novembro, no qual o governo seria exercido por representantes da FNLA, do MPLA, da Unita e do governo português. No dia 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto, como líder máximo do MPLA, proclamou o nascimento da República Popular de

a) Esfera política e civil na primeira República (1975-1991).

A primeira República ou a República Popular de Angola é marcada por um único movimento de libertação nacional-MPLA, apoiado pela antiga União Soviética (URSS) e Cuba, frente o período da Guerra fria, tornando o espaço político e civil como parte do Partido-nação. O partido no poder não só monopolizou a esfera política como também a transformou em esfera de exceção para os partidos da oposição e intelectuais que pensam diferente do partido. Conforme Antônio Nelson (2013, p.77), "em Angola, o MPLA buscou penetrar e controlar todas as esferas da vida social e criou um alto grau de mobilização social, tornando compulsória a participação nos eventos e comícios do partido".

De tal modo que o associativismo era restrito às organizações voltadas para o partido no poder, tais como:

> Organizações de Pioneiros Agostinho Neto (OPA), que buscava mobilizar crianças e adolescentes para a causa do partido-enquanto que os Jovens do Movimento Popular de Libertação de Angola (JMPLA), se ocupava da franja juvenil [...], Organização da Mulher Angolana (OMA) e a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), por seu turno, incumbiu-se de cooptar os trabalhadores diversos - isto é, nas escolas, nos locais de trabalho e bairros (NELSON, 2013, p.78).

Em 24 de maio de 1977, por meio de contradições internas no partido do poder, o líder Agostinho Neto, prendeu dois dos seus grandes estrategistas de base, Nito Alves e José Van-Dúnem, por reivindicarem formas de mobilização política que contrariavam o regimento interno do MPLA. Segundo o presidente do partido e do país, a crítica dos seus aliados estava estimulando um golpe de Estado. Os membros do partido que apoiavam a posição das duas lideranças de base, saíram às ruas e ocuparam a Rádio Nacional de Angola (RNA) e convocaram manifestação, resultando no assassinato de mais de trinta e oito mil pessoas, instalando-se a cultura do medo em Angola (NELSON, 2013).

Angola e tornou-se seu primeiro presidente com mandato indeterminado (MENEZES, 2000, p. 187-190).

Com a morte do primeiro presidente, Agostinho Neto, em 1979, manteve-se o partido único, e o seu sucessor, José Eduardo dos Santos, não alterou as restrições na esfera política e civil para garantir direitos fundamentais dos cidadãos. Pelo contrário, houve a preservação e sofisticação do controle social por meio da repressão e da violência. A não descentralização do poder como mecanismo e instrumento de proteção das liberdades individuais e de fortalecimento das instituições cívicas de base se tornara um verbo vazio, conjugado sempre nas primeiras pessoas do Partido Único (ARRETCHE Apud LIMA, 2002).

Observa-se neste segundo líder a busca constante pela personificação das instituições públicas. Em 1987, o partido criou o Programa de Saneamento Econômico-financeiro (SEF), sem abrir mão do modelo de planejamento marxista-leninista. A mudança administrativa, cuja defesa estava voltada ao liberalismo econômico e político, não levou à democratização da esfera política e civil, pelo contrário, aperfeiçoou-se o controle. O que se percebe é a limitação do acesso à informação e o controle dos fundos públicos por uma elite política restrita.

> O esforço de guerra foi sendo financiado graças às exportações do petróleo e atinge valores elevados do orçamento do Estado [...]. Durante toda a 1ª República, as despesas militares oscilaram entre 20,1 % e 48,5% do orçamento do Estado (OGE), enquanto as despesas relacionadas com o desenvolvimento econômico e social oscilaram entre 10,2 e 37,3% do OGE (CARVALHO, 2016, p. 92).

Estes dados reforçam não só o fracasso da política centralizada, mas chama atenção a desproporção da distribuição de recursos que era efetuava pelo Partido-Estado na esfera política e social, criando um grupo de privilégio e exclusão. Entre estes, temos os generais que terão uma grande porção desta fatia de bens.

A centralização da imprensa nacional será o retrato do poder absoluto tanto para o partido no poder como na oposição – aqui nos referimos ao partido da Unita. Por isso, quanto ao funcionamento da Televisão Pública de Angola (TPA), da estação radiofônica Radio Nacional de Angola (RNA), o jornal diário Jornal de Angola e uma Agência de Notícias (ANGOP), todos com alcance restrito na capital do país, percebe-se o monopólio partidário do MPLA, doutro lado, a Unita, que detinha a Rádio Vorgan,

cuja linha editorial, reduzida à publicização de suas ideologias, não era diferente do MPLA (NELSON, 2013).

A primeira República se apresenta assim pelo monopólio do poder político e civil do partido único que limitava substancialmente a esfera política e civil à um grupo restrito àqueles que compactuam a mesma ideologia partidária. De tal modo que António Nelson (2013) afirma que este período é caracterizado pela usurpação dos direitos e liberdades de escolha dos tomadores de decisão, do controle da agenda e das próprias decisões, e pela supressão dos demais direitos e liberdades por uma elite encoberta num discurso pseudo-marxista.

b) Esfera política e civil na Segunda República (1992-2002)

A segunda república ou a República Democrática de Angola é inaugurada pelo Acordo de Bisese. Este acordo garantiu a primeira eleição multipartidária, cuja vitória foi do partido no poder – MPLA – com maior número de votos em termos de assentos no parlamento, porém com segundo turno para presidência, resultado que foi rejeitado pela maior oposição – UNITA, alegando fraude eleitoral, deflagrando a guerra civil que perdurou mais de 10 anos, e que só terminou com a morte do seu líder, Jonas Malheiro Sidónio Savimbi.

No âmbito político, as primeiras eleições multipartidárias abriram caminho ao direito a voto a todos os cidadãos adultos, direito a associação de grupos não governamental e de acesso aos meios de comunicação sem, no entanto, deixar de considerar a condição de igualdade que todos os partidos passaram a ter no que toca os direitos políticos (NELSON, 2013). Com a aprovação da Lei da Associação (Lei n-14/91), pela Assembleia do povo, emana no campo da esfera civil um conjunto de organizações internacionais com fins de ajuda solidária e de assistência no país.

Três vias de resistência passaram a ter grande relevância no período. No âmbito da economia, a informalidade, dentro de uma estrutura marcada por conflitos militares e civis; o retorno e predominância do poder cristão, principalmente a abertura às igrejas católicas; e por último, temos pequenos grupos organizados (ONGs) que buscam responder o quadro restrito de representação civil nas mediações permitidas

pela gestão governamental (PESTANA, 2003). Destarte, o engendramento de uma nova ordem no campo social demonstra o florescer de movimentos como a Associação Cívica de Angola (ACA), Ação Angolana para o Desenvolvimento (AAD), Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Instituto Democrático para Assuntos internacionais (NDI) e outros. Conforme afirmam Bresser-Pereira e Núria Grau (1999), no capitalismo contemporâneo existem quatro esferas ou formas que servem de instrumento democrático: a propriedade estatal, a pública não-estatal, a corporativa e a privada.

Neste sentido, os espaços ou movimentos dados na segunda república no que toca a abertura das eleições pluripartidárias e a maior participação no espaço civil, demonstravam indícios da 'democratização'. Não obstante, era preciso também a descentralização da política, relativa organização interna e divisão regional ou provincial do modus operandi administrativo, o aumento da diversidade social e a defesa do patrimônio público, ou seja, um conjunto de mecanismos ainda pendentes no processo de democratização da república.

> Descentralizar tem um valor positivo tanto os modelos políticos de direita como de esquerda, uma vez que é um meio que serve para superar os limites da democracia representativa, na medida que ela viabiliza o fortalecimento do poder local - com fins de aproximar as formas de democracia direta e participativa (LIMA, 2002, p.11).

Percebe-se que a preocupação do governo no poder na segunda República não estava somente atrelada ao surgimento das organizações não-governamentais, porém nas formas de monitoramento interno ou das atuações nas comunidades. Como demonstra Antônio Nelson (2013), o Ministério da Assistência e Reintegração Social (MINARS) e a Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH), serviram essencialmente como de organizadores das formas de atuação das ONGs.

Neste âmbito, afirma Nelson Pestana (2003), a própria noção de cidadania em Angola, durante o seu percurso histórico e social, passou a ser discutida inicialmente por grupos pequenos, de modo mais restrito e clandestino, e a posteriori,

pela movimentação dessas ONGs, mas ainda como um mecanismo de suprir as ausências governamentais e não como direito e dever, garantias às comunidades.

A crítica na qual a pobreza em Angola se apresenta como uma prática ou tradição que reproduz a desigualdade e utiliza as organizações não governamentais para conceder a cidadania – o que contradiz o que está escrito na constituição – é cada vez mais presente nesta nova República Democrática (VERA TELLES, 1994). Outrossim, criou-se fundação em homenagem ao presidente da República e à primeira dama - José Eduardo dos Santos (FESA) e Fundo de Solidariedade Social *Lwimi* (Ana Paula dos Santos) cuja função estava na reabilitação da imagem do presidente através de assistência social com o dinheiro dos cofres públicos.

O que se percebe na segunda República é a redução da centralização como sinônimo de democratização da esfera política e civil em Angola, mas que na verdade permaneceram as barreiras estruturais e estruturantes por meio das corporações públicas que usavam as forças ou poder – seja ela, material ou simbólico – para obter ganhos privados (BOURDIEU, 1989). Isso transparece quando os indivíduos se veem cada vez mais reféns de um sistema que não constrói instituições públicas que garantam os direitos previstos na constituição nacional.

A introdução da Lei da Imprensa permitiu o surgimento de novos jornais privados, colocando o fim ao monopólio do Jornal de Angola, jornal público e até então o único diário do país (ANTONIO NELSON, 2013). Mas, a ausência de renda dos leitores, ou cidadãos, atingia mais de 80% da população e o alto índice de analfabetismo impediu que as pessoas tivessem fácil acesso aos meios de informação, que na sua a maioria eram de língua portuguesa – na época ainda era a menos falada pela população local –, fora as limitações do alcance dos veículos para além dos limites da capital Luanda. Pois, é nessa estrutura desigual de distribuição de bens simbólicos e materiais nos espaços públicos da sociedade angolana que nos permitiu entender o funcionamento da produção e reprodução hierárquico das garantias fundamentais estabelecida na Constituição nacional, isto é, desde a primeira a segunda República de Angola.

Referência Bibliográfica

ANTONIO, Nelson. **Transição pela transação**: uma análise da democratização em Angola. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2013.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Florence Universitária: Rio de Janeiro, 2014 (p.61-90).

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no college de França (1989/92). Companhia de Letras: São Paulo, 2014.

_____. **O poder simbólico**. Editora Difel: Lisboa, 1989.

CARVALHO, Paulo de. **Exclusão social em Angola**: o caso dos deficientes físicos de Luanda. Editora Kilombelombe: Luanda, 2016.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Ed. UFJF: Juiz de Fora, 2005 (p.237-271).

HABERMAS, Jurgem. **Mudanças estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Editora UNESP: São Paulo, 2014.

HOBSBAWN, Eric. A era do Capital. Editora Paz e Terra: São Paulo, 2012 (p.137-160).

HUGON, Philippe. **Geopolítica da África**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, Valéria. **Reforma do Estado e controle social**: limites e possibilidades da descentralização e do terceiro setor. Revista de Políticas Públicas –UFMA: São Luís, 2002.

MANOEL, Jones. **A luta de classes pela memória**: raça, classe e Revolução Africana. In.: Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista. Editora Quebrando as Correntes: São Paulo, 2019 (p. 15-62).

MENEZES, Solivial. **Mamma Angola**: Sociedade e Economia de um País Nascente. Esitora da Universidade de São Paulo-Fapesp: São Paulo, 2000.

PESTANA, Nelson. **As dinâmicas da sociedade civil em Angola**. Centro de Estudos Africanos: Lisboa, 2003.

PERREIRA, Carlos; GRAU, Nuria. **O público não-estatal na reforma do Estado**. In.: Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal.Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 1999 (p.15-48).

TELLES, Vera. **Cultura da Dádiva, Avessos da Cidadania**. RBCS, 25, ano 9, Junho, 1994 (p.42-44).